

AS IMAGENS DE CLAUDIA ANDUJAR E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA YANOMAMI¹

THE IMAGES OF CLAUDIA ANDUJAR AND THE TERRITORIAL CONFLICTS IN THE AMAZON YANOMAMI

Sandra Suzani Pedroni²

Resumo

Esta escrita navega pela fenda que se abre a partir do trabalho de Claudia Andujar, articulando dobras pelas relações perceptíveis que se estendem por esse ambiente de conflito territorial na Amazônia Yanomami. Buscando ver, junto com Kopenawa, Tacca, Flusser, Marissol de la Cadena e Viveiros de Castro essas imagens como rupturas e janelas que abrem conexões para um circuito crítico do estado de desentendimento sobre a natureza. Pensando, para isso, a potência dessas imagens como articulações diplomáticas perante as divergências do estado de distribuição do real que genocida os corpos.

Palavras-chave: Imagens-Yanomamis, Claudia-Andujar. Ativismo. Territórios. Genocídios.

Abstract

This writing runs through the gap that opens from the work of Claudia Andujar, articulating folds by perceptible relation which through this territorial conflict environment in the Yanomami Amazônia. We seek to see together with Kopenawa, Tacca, Flusser, Marissol de la Cadena and Viveiros de Castro, these images serve as windows that open connections to a critical circuit of the disenchanted state about nature. Thinking, for this, the power of these images as diplomatic aesthetic toward of the disagreements of the distribution status of real that people genocida.

Keywords: Images – Yanomamis. Claudia Andujar. Activism. Territories. Genocides.

1- Imagens dos mundos em divergências³

Num movimento navegante pelas conexões das superfícies dos acontecimentos, iniciamos, por esta escrita, uma reflexão política sobre a potência das imagens de ativismo a partir da Amazônia Yanomami. Observamos como o trabalho de Claudia Andujar articula diplomacias frente as divergências da história recente que genocidava as pessoas. No encontro

¹Estudo apresentado ao Grupo de Trabalho (Imagens e Ambientes em Conflito), do VI ComCult, Universidade Paulista, Campus Paraíso, São Paulo – Brasil, 08 a 09 de novembro de 2018.

²Graduanda em Comunicação Social – Relações Públicas – UFRGS (Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Semiótica Crítica GPESC e do Grupo de Pesquisa e Ecologia das Práticas GPEP - APPH). E-mail: pedronisuzani@gmail.com

³A divergência é uma noção que eu empresto Marisol dela Cadena que tomou de empréstimo de Isabelle Stengers. Refere-se à diferença constitutiva que torna as práticas o que elas são e à medida que se conectam por meio da diferença, mesmo da diferença ontológica.

de mundos - com o estado brasileiro - o povo Yanomami é ameaçado, pois suas terras são alvo de cobiça da mineração. Claudia Andujar, que é refugiada do Holocausto, dedica sua vida à proteção “da luz” da cosmologia desse povo que concebe a natureza amazônica como *Floresta de Cristal*⁴.

Para analisar tal problemática, nos mediamos pelo embasamento em Fernando Tacca (2011), apresentando o levantamento histórico sobre a imagem fotográfica e os equívocos na representação indígena. No desentrelaçamento dessa questão, abrimos a discussão às reflexões sobre como as imagens técnicas têm o potencial de representar o mundo e, para isso, nos ancoramos na filosofia da imagem de Villém Flusser (2002). Concordando com o teórico que o aparelho fotográfico é um dispositivo de poder, pois, na intenção em que narra o outro, cria articulações simbólicas de operações de sentido no espaço de visibilidade e significação.

Nos questionamos, vendo as fendas semeadas pelas mediações das fotografias da artista e pelas sabedorias do Xamã, como essas imagens operam agências éticas frente aos conflitos dos territórios, pois para falar com Ailton Krenak, Marisol de La Cadena e Viveiros de Castro e tantos mais; os povos indígenas se concebem como compositores com a terra e excedem a compreensão das leis do estado, leis que ordenam o espaço e agem perante as escolhas políticas.

2- As guerras invisíveis

“O governo nos pegou de surpresa. Eu estou começando a entender. O governo não conhece o nosso costume. O nosso pensamento. Nós não conhecemos os costumes e o pensamento do governo. Eles só conhecem o negócio do dinheiro. O nosso pensamento é a terra” Davi Kopenawa Yanomami (Apud EUSEBI, 1991, p.7).

⁴ *A Floresta de Cristal: notas sobre os espíritos amazônicos* é um texto do Eduardo Viveiros de Castro que propõe uma reflexão sobre os relatos de Davi Yanomami sobre os *Xapiripë* - 2006.



Figura 1: Fonte: ANDUJAR em TASSARA (1984, 02'22'')

Sendo que o estado é amparador do mais fraco. O padecimento do tempo social - como tempo de violência – aqui, é tão antigo quanto a história de nosso descobrimento. Por silenciamentos e aniquilações, o governo brasileiro vai deixando vulnerável a vida de muitos povos e dando mais valor aos interesses econômico do que as necessidades da vida em comum. Ao abrir os olhos para o mundo que está para além da floresta, o povo Yanomami é espancado pela doença do pensamento de um pensamento⁵.

Na história do Brasil, como na história da América Latina, os espaços territoriais e imagéticos sempre foram alvo de disputa. Como resume Ailton Krenak, os povos indígenas são "remanescentes de uma guerra de colonização" e "sobreviventes de uma guerra de ocupação", guerra essa que, de tantos modos, está ainda em curso. A política é insensata, nos

⁵ As duas principais formas de contato inicialmente conhecidas pelos Yanomami – primeiramente, com a fronteira extrativista e, depois, com a fronteira missionária – coexistiram até o início dos anos 1970 como uma associação dominante no seu território. Entretanto, os anos 1970 foram marcados (especialmente em Roraima) pela implantação de projetos de desenvolvimento no âmbito do “Plano de Integração Nacional” lançado pelos governos militares da época. Tratava-se, essencialmente, da abertura de um trecho da estrada Perimetral Norte BR-210 (1973-76) e de programas de colonização pública (1978-79) que invadiram o sudeste das terras Yanomami. Nesse mesmo período, o projeto de levantamento dos recursos amazônicos RADAM (1975) detectou a existência de importantes jazidas minerais na região. A publicidade dada ao potencial mineral do território Yanomami desencadeou um movimento progressivo de invasão garimpeira, que acabou agravando-se no final dos anos 1980 e tomou a forma, a partir de 1987, de uma verdadeira corrida do ouro. FONTE: Instituto Sócio Ambiental (ISA) apud PEREIRA, 2015, p. 27.

anos 70 a ditadura⁶ militar impunha seu projeto sangrento de territorialização da Amazônia. Nos anos 80, graças a influência de políticos, os Yanomamis foram massacrados. Na época, os estudos do Projeto RADAMBRASIL - Radar da Amazônia (1970 - 1985), que foi executado pelo Ministério de Minas e Energia com a intenção de pesquisar os recursos naturais, revelou que os Yanomamis viviam em um ambiente de um solo cheio de ouro por baixo (ALBERT, apud ANDUJAR, 1998, p. 6).

A partir de 1973, durante os anos do “milagre brasileiro”, o território Yanomami na Amazônia brasileira foi invadido com a abertura de uma estrada. Com a mineração, a procura de ouro, diamantes, cassiterita, garimpos clandestinos, e não tão clandestinos. Muitos índios foram vitimados, marcados por esses tempos negros (ANDUJAR, 2009, p. 5).

Em entrevista concedida a Juan Esteves (2009, p.3 apud GONÇALVES, 2016, p.156), Claudia Andujar relembra que na época a questão indígena era um tabu, pois era um impedimento para o progresso e só se falava em colonizar terras sem homens para homens sem-terra. Vivia-se, no Brasil, a ditadura militar que advogava uma política desenvolvimentista de integração nacional a qualquer custo, vitimando com isso a floresta e seus habitantes.

Naquele momento, achei que não era conveniente mostrar essa realidade. Isso poderia atrapalhar o trabalho de ativismo que estávamos fazendo. Coordenava o movimento e, politicamente, a gente tinha que tomar muito cuidado. Mais do que “detonar”, era preciso atingir o alvo, ou seja, conseguir simpatia à demarcação das terras indígenas. (ANDUJAR, 2010, p. 251).

Em a Barriga Morreu! O Genocídio Yanomami, Luige Eusebi (1991), escreve uma obra atormentada sobre o massacre com os Yanomamis. Uma ferida sangrenta na história brasileira. Como afirma o pesquisador (p.7), desde 1975 o governo, pretendendo o progresso, abriu a iniciativa privada o direito de minerar. “Assim decretava-se uma sentença de morte da qual, direta ou indiretamente, todos nós somos algozes”. O Davi até hoje é ameaçado de morte, como relata em entrevista ao *El País* (2014)⁷. Naquele tempo o presidente da Funai era

⁶ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) incluiu em seu relatório final um número limitado de 10 etnias indígenas entre as 434 vítimas de graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil durante a ditadura militar entre 1964 a 1985. Segundo o relatório, no período investigado ao menos 8.350 indígenas foram mortos em massacres, esbulho de suas terras, remoções forçadas de seus territórios, contágio por doenças infecto-contagiosas, prisões, torturas e maus tratos. Muitos sofreram tentativas de extermínio. REAL, Amazônia. BRASIL, Kátia e FARIAS, Eláise. **Comissão da Verdade: Ao menos 8,3 mil Ameríndios foram mortos durante a ditadura.** Disponível em (<http://amazoniareal.com.br/comissao-da-verdade-ao-menos-83-mil-indios-foram-mortos-na-ditadura-militar/>) Acessado, 2018.

⁷ Estão me ameaçando desde 1986. Agora, a ameaça aumentou. Em 2013, eu critiquei de novo os garimpeiros. A Hutukara fez um documento sobre o garimpo nas terras Yanomami. É sempre igual. Só parou um pouco quando o presidente Collor de Mello expulsou eles, destruiu a estrada e demarcou a terra. Mas depois de um ano, entraram de novo. Não gostaram do meu trabalho, da minha luta, que eu fale com a Funai. Tem um chefe do garimpo que nunca aparece, só dá dinheiro, transporte e manda as pessoas lá. É o senador Romero Jucá Filho, que dá apoio pro garimpo continuar. Eu pedi proteção para a Funai, eles vieram e quebraram 15 balsas e

o Romero Jucá, o qual foi acusado de corrupção por ter autorizado a expropriação de madeira das terras indígenas, para ainda falar com Eusibi (1991, p. 22). Ele quer abrir concessão as minerações nas terras indígenas e continua mediando o poder público em busca do “novo eldorado”, sua filha é dona de uma das mineradoras que está tentando exploração de ouro nas terras indígenas, como denunciou Marcelo Rocha em reportagem no site da Época (2012).

É importante lembrar que esses acontecimentos não são passado, os povos indígenas estão sendo massacrados como mostra Vicent Carelli em Martírio (2016). O documentário é um soco no estômago para balançar e indignar. A frase que reverbera em dor súbita é dita pelo indígena Kaiowa: “O que tá pegando a gente é o capitalismo”.

São provocações de goles secos. Martírio é “um filme filmado de dentro, junto, e pelos indígenas também. E traz o que se pode chamar de o “outro lado” do genocídio através dos vômitos racistas no Congresso Nacional, cenas deploráveis de um leilão da morte”.⁸ Os ruralistas atiram para matar e até quando a vida humana importará menos que as propriedades? O trabalho Martírio, que é conectado a visão do que sustenta políticos como o Romero Jucá, dialoga com a noção de involuntários da pátria, texto sugerido por Viveiros de Castro que diz que os indígenas “são nosso exemplo, um exemplo de ‘resistência’ secular a uma guerra feroz contra eles para desexistí-los, fazê-los desaparecer, seja matando-os pura e simplesmente, seja desindianizando-os e tornando-os ‘cidadãos civilizados’”. São povos que escapam da estrutura de interpretação do estado e do que ele chama de “vulgata iluminista que bloqueia qualquer compreensão da forma metafísica teórica dos povos indígenas” (p.2). Aí, a repetição da história de povos que tentam exterminar outros e a convivência dos que sustentam esse sistema de realidade capitalista parece ser próxima a estrutura do holocausto.

destruíram coisas deles, então os garimpeiros ficaram bravos comigo. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/02/cultura/1406991309_925068.html. Acessado em Fev. 2018

⁸ Carta Capita. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/martirio-um-filme-para-indignar-brasilia>>

3- Claudia Andujar – A luta para subverter a condição dos marcados

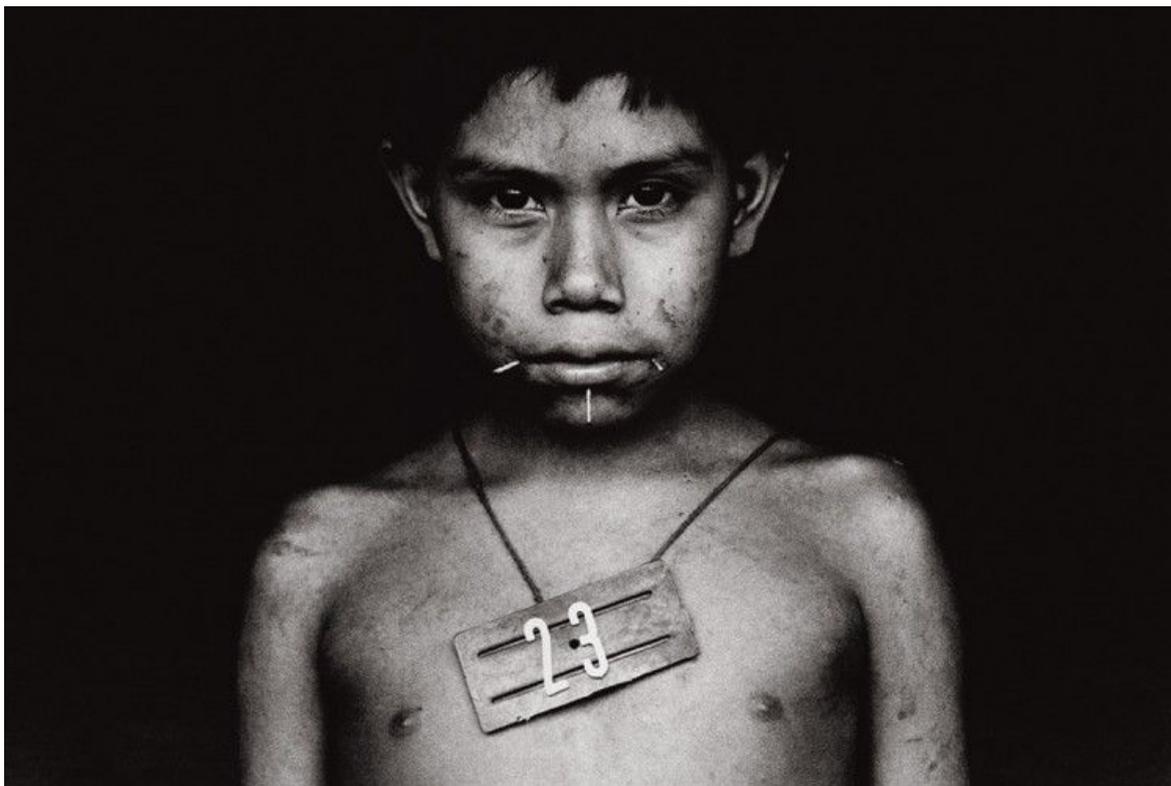


Figura 4: *Marcados – Paapiu – 1983 (ANDUJAR, 2009)*

Como uma flecha cravada no coração da humanidade, rememorar esses passados é olhar para a herança das atrocidades repetidas na nossa história recente. Claudia Andujar é refugiada. Por ser judia, foi atravessada pelo fato mais terrível do Século XX; o Holocausto. Em dois meses, quando ainda era menina, viu a sua família e todos os que ela amava serem retirados da luz que é viver. Os seus olhos, que desvelam sentidos profundos da humanidade, carregam as tristezas das memórias dos que foram marcados para morrer no campo de Dachau, onde seu pai foi assassinado. Ela presenciou a cena de extermínio se repetir no seu lugar de refúgio; o Brasil.

O Retrato da vida dela, que faz um paralelo entre os genocídios da Alemanha Nazista e os genocídios do Brasil Colonizador/extrativista, tenta explicar o inexplicável. Povos que são ameaçados pela sua existência. Claudia Andujar tinha 13 anos quando seus amores foram marcados pela estrela de davi, a estrela amarela se tornou cicatriz das formas de exclusão da sociedade e mais tarde do próprio holocausto. Refugiada do pensamento Nazista, ao chegar no Brasil em 1958, trabalha como fotógrafa para a revista Realidade, a qual oportuniza seu encontro com os Yanomamis em 1971. Sua família foi dizimada no holocausto, não por menos, ela dedicou-se ao amor e a luta contra as ideologias predatórias.

Marcar/demarcado, ao se dar conta da violência que estava acontecendo com esses povos larga a carreira de fotógrafa e passa lutar pelos direitos humanos e territoriais.

E quais são as similaridades entre os genocídios dos Judeus e os genocídios dos povos indígenas?

No Século das luzes, os dispositivos de construção de subjetividade agenciavam motivações ideológicas de superioridades raciais. Matar gente era uma ação de obediência praticado por ordens quase que **burocráticas**.

A ação humana que culminou no holocausto e ainda genocida é engendrada por códigos de conduta que dão a ver hábitos para as formas de composição no plano social, ou seja, pelas possibilidades das condições de distribuições dos corpos sobre o planeta, a qual impera por dominação e extração.

E por onde passa a prisão que estrutura as mentes do que chamam de homens? Ao olhar para a história da formação do pensamento humano sobre o planeta, percebemos o lastro de colonização, da disputa e do subjulgamento de outros povos. E o que resta de Auschwitz? As memórias das vítimas de um equívoco em comum, de uma sentença injusta para falar com Agamben (2008, p. 15-18). O testemunho da sobrevivência dos massacres, para dialogar o filósofo com a narrativa de Claudia Andujar, é essa relação entre o dizível e o indizível, entre o que se tem a potência de dizer e o que se pode compreender.

Os relatos de sua condição como refugiada do Século das Guerras, nos dá a ver noções comparativas sobre as estruturas de subjetivação das massas que, legitimadas pelas políticas, praticaram a aniquilação das diferenças. “O ataque sistemático a que os judeus foram submetidos a partir doséculo XXI e a constante deterioração de seu estatuto legal e social nesse mesmo período também devem ser atribuídos a crescente influência do dinheiro” (FEDERICI, 2017, p.62).

O seu trabalho representa um grito contra essas estruturas de pensamento que subjugam e a aniquilam por não comportarem a diferença. Segundo ela, sua obra deve-se essencialmente à sua trajetória pessoal, pautada pela condição de minoria. São retratos “da marca que controla populações pelo poder dominante (...) Foram muitos os sistemas de marcação por qual esse poder se manifestou – e ainda se manifesta” (SENRA in ANDUJAR, 2009, p.128). As fotos de *Marcados* não foram feitas sob um regime autoritário, mas nem por isso a identificação deixa de fazer parte. Em *Marcados*, Claudia desvia de uma questão da identificação e cria uma séria ambiguidade entre os indígenas e sociedade orientada pelo tempo civilizatório. (...) (Ibid, 2009, p.128). *Marcados*, assim, é um trabalho paradigmático

porque se faz acompanhar por um relatório em que as fotografias foram feitas (...) expõe o modo de vida dessas populações em relação ao uso da terra. Trabalho que foi importante para a luta que travou por mais de 20 anos para a demarcação do território desse povo (Ibid, p. 139).

Marcar/demarcar: esse duplo gesto sugere, de fato, uma correspondência entre a identificação dos indivíduos e a atribuição de um território - iniciativas do branco que refletem de modo exemplar a ambiguidade do contato. Enquanto a fotografia de identificação visa proteger a saúde dos índios, mas remete a sua inscrição em outra ordem social, a demarcação que os protege das ameaças exteriores também fica, como numa foto, nos limites a uma terra que antes se deslocava com seus moradores. (SENRA in ANDUJAR, 2009, p.128).

4. Rupturas na fotografia documental indígena

O meio de representação do mundo pelas imagens foi usado, mediante um caráter científico, para reforçar o poder de ação colonizadora sobre alguns povos, pois “as ciências ditas modernas seriam uma maneira de responder à questão política por excelência: de quem pode falar de que, fazer-se o porta-voz de que, representar o quê?” (STENGERS, 2018, p. 445). Nisso, é preciso lembrar que houve uma época em que a “humanidade” se perguntava se os povos indígenas e negros eram “humanos” e na negação de suas almas os diferenciavam da categoria que inventaram para elencar privilégios aos “evoluídos” e, assim, escravizar/aniquilar quem - em diferença - estivesse fora da “condição/classificação da evolução”.

A prática de retratar o outro, de registrar sua cultura e seus modos de vida são tão antigas quanto o surgimento da fotografia. A curiosidade sobre as formas de registrar o outro não nasceu científica e nem neutra. (MATHIAS, 2016, p. 21). No campo da Antropologia, a fotografia é uma ferramenta dos estudos etnográficos.

A antropologia, ciência do século XIX, estuda o ser humano em sua dimensão cultural buscando compreender as diversas esferas de produção de sentido por ele criadas no solo da cultura. Não deixa de ser também ciência interpretativa, pois o registro de campo é uma escolha simbólica impregnada do olhar do outro, do antropólogo, mesmo coberto pelo manto da ciência. (MATHIAS, 2016, p. 21).

Em seu trabalho, *O Índio na fotografia brasileira: Incursões sobre a imagem e o meio*, Fernando Tacca (2011) busca traçar um percurso histórico da imagem indígena sob a perspectiva da fotografia brasileira e divide esse fenômeno em três fases. Na primeira fase, segundo o historiador, a fotografia é marcada pela visão e representação da pessoa indígena como um ser exótico. Na segunda fase, os trabalhos de imagens são influenciados pelo contexto da visão do progresso, pelas excursões engendradas pelo estado para civilizar as populações indígenas e agregá-las à noção de evolução. Na terceira fase surge o trabalho de

Claudia Andujar, marcada por uma posição ativista de guerrilha estética pela demarcação dos territórios.

Segundo Tacca, a primeira fase, que encontra-se na representação da imagem dessas pessoas como exóticas, é predominada pelas técnicas da antropometria, visão que compreende os índios nas expedições científicas como: um objeto a ser mensurado e dominado, tal como a natureza representada em mapa (TACCA, 2011, p. 195).

Se a ciência cedeu ao apelo do exótico, ela também assimilou a sua mesma ambiguidade: de um lado, havia a necessidade de afirmar a diferença e constituir um discurso baseado na ideia de superioridade racial para melhor submeter; de outro lado, e também corroborado pela prática fotográfica, havia a fascinação por uma outra civilização que era vista e representada como passivamente à disposição dos recém-chegados. (DOBAL 2001, p.78 apud TACCA 2010, p. 203).

A segunda fase, que se passa pelos anos 50, é caracteriza pela mistura das simbolizações entre a etnografia e o estado nacional. Caso da comissão Rondon/Seção de estudos em SPI e do fotojornalismo moderno da Revista *Cruzeiro*. A política do Brasil passa a usar, pela fotografia, o espaço simbólico da imagem indígena para promover o nacionalismo.

A Comissão Rondon⁹, que criou uma grande quantidade de material fotográfico e fílmico, buscava a integração dos territórios e retratavam a cultura indígena porque acreditavam que eram agentes da transição e de que a cultura rapidamente seria civilizada. “Assim, Rondon alimentava o espírito nacionalista construindo etnografias de um ponto de vista estratégico e simbólico: a ocupação do oeste brasileiro através da comunicação pelo telégrafo, pela visualidade da fotografia e do cinema mudo”. (TACCA, 2011, p. 206).

O terceiro momento da fotografia indígena brasileira é criado por Claudia Andujar com o seu trabalho sobre os Yanomamis, para falar ainda com Tacca (2011). Ela, que ao se deparar com os povos Yanomamis, os quais - com o contato ocidental - estavam sendo “marcados para morrer” pelas invasões de garimpeiros, dedica sua vida ao ativismo para reverter essa condição e cria um legado artístico que abre a complexidade sobre a *vulnerabilidade do ser*.

5. A fenda da escrita pela luz em extensão a postura ativista

⁹ Com a efetiva criação do SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais) em 1910, o Marechal Cândido Rondon assume o cargo de presidente do órgão, em função de seus trabalhos na Comissão das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas entre os anos de 1906 a 1909, quando esteve em contato com indígenas de várias tribos. A prática da nova política indígena foi alicerçada, pois, na experiência pessoal de Rondon, nos vinte anos de atividades entre os sertões de Mato Grosso ao Amazonas. Quando Rondon foi convidado para assumir a chefia do órgão federal de assistência para os índios, condicionou sua participação à aprovação do governo federal dos ideais positivistas para o SPILT. Rondon era seguidor dos preceitos de Auguste Comte. Vice-diretor da Igreja Positivista do Brasil, de 1903 até 1927. (RODRIGUES, 2011, p. 1).

A urgência de entender o que estamos fazendo passa pela crítica do que fazemos com o potencial de pensar. As forças que agem no processo de subjetivação são moduladas como possibilidade de existência. No processo de espaçamento do pensamento, uns modos de existência se sobrepuseram a outros.

A representação do mundo se ampliou quando começou-se a desenhar com a luz pela invenção de uma máquina que congela a imagem do tempo. Com o surgimento da fotografia os olhos passaram a ser mediadores dos dispositivos de inscrição e a capacidade de significação humana modificou-se. A fotografia é janela para imagem, sendo elas signos e por serem signos são linguagem. A vista disso, a fotografia é mensagem que articula intenções significantes, pois a imagem é resultado de codificação simbólica fundada sobre códigos estabelecidos. O caráter de ativismo das imagens estariam, assim, nesse furo simbólico capaz interferir para a alteração da mundivisão da sociedade, mas estes só serão decifrados em relação aos códigos já estabelecidos, para falar com Flusser (2008, p. 21).

Villém Flusser, que busca entender as engrenagens pós-ideológicas, vai falar desde um mundo povoado pelas imagens condicionadas por dispositivos que sustentam o estado real das coisas, nisso como o modo de funcionamento da realidade vem sendo velado pelas “caixas pretas”. Escreve Flusser que as imagens têm “o poder de programar magicamente o comportamento humano” (2002, p.62). A imagem, diferente da escrita, exige o entendimento do movimento da tridimensionalidade. E o importante para o entendimento das imagens técnicas é o que se processa no campo da virtualidade. (FLUSSER, 2008, p 24). Nisso, há uma teia complexa, no que se refere ao contexto histórico, que emerge da atuação do trabalho Claudia Andujar em sobreposição à filosofia da natureza falada por Davi Kopenawa Yanomami.

Tendo em vista que tudo o que existe na sociedade influi no campo artístico e vice e versa, a singularidade do seu trabalho é de uma potência existencial infinita. Suas ações traçam visões/pontes críticas do que é herdado da história recente da condição humana. Pontes, as quais, dão a ver interpretações sobre a estrutura que condiciona corpos a vulnerabilidade, pois a fotografia é prática discursiva social e o trabalho de Claudia Andujar é ponta de lança de um novo regime de visibilidade embarcando na visão política como munição artística, sendo um trabalho que subverte os modos de representação das culturas indígenas feitas pelas etnografias de até então.

A potência política de suas fotografias abre um campo de interação estética, pois “a fotografia coloca uma presença imediata no mundo - uma copresença; mas essa presença não é apenas de ordem política (participar dos acontecimentos políticos pela imagem), ela é também de ordem metafísica”. (BARTHES, 2015, p 72).

São imagens de denúncia e criação, pois são espelhos de outras formas de relação com a existência. Assim, vemos como suas fotografias atuam como função de desvelamento de uma “caixa preta” e da voz a um modo de habitar a terra, que na disputa de forças, tende a decalcação.

6. A cosmopolítica Yanomami das imagens da floresta de Cristal em Claudia Andujar¹⁰ e Davi Kopenawa¹¹

O seu trabalho é complexo, aberto e passa por amplas zonas de deslocamento. Num primeiro plano atua como ativismo estético-político no campo prático de ação sobre a luta pela demarcação das terras Yanomamis que aconteceu em 1992. Nesse momento o fotofilme *o Povo do Sangue o povo da lua* (1984) que fez com Marcelo Tassara foi uma grande arma de guerrilha estética para o engajamento da opinião pública.

O Davi Kopenawa Yanomami, que é um xamã e ativista, junto com o seu amigo Antropólogo, Bruce Albert lança: *A Queda Céu* (2015). Um livro que é um manifesto sobre a visão do universo a partir da relação dos povos Yanomamis com a Natureza e uma denúncia a fumaça de metal, ação da epidemia *xawara* sobre as práticas extravistas da terra.

¹⁰ Claudia Andujar, fotógrafa, nascida na Suíça (1931), viveu na Hungria, Estados Unidos e mudou-se para São Paulo (1957) onde se dedicou a estudar o meio fotográfico e os Yanomami. Participou, entre 1978 e 1992, da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, e coordenou a campanha pela demarcação das terras indígenas. Entre 1993 e 1998, atuou no Programa Institucional da Comissão Pró-Yanomami. Publicou vários livros: *Amazônia* (1978); *Mitopoemas Yanomami* (1979); *Missa da Terra sem Males* (1982); *Yanomami: a casa, a floresta, o invisível* (1998); *A vulnerabilidade do ser*, (2005) *Marcados*, (2009). Em 2015, inaugurou a Galeria Claudia Andujar, um pavilhão dedicado a sua obra, no Instituto Inhotim, em Minas Gerais. (CLIMACOM, disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=8010>>)

¹¹ Davi Kopenawa, nasceu em 1956 na floresta Amazônica, é uma voz filosófica sobre a natureza da realidade, lança em 2015, junto com o Amigo Bruce Albert a obra *A Queda do Céu*, cujo o feitiço amplia a vista humana sobre a existência. Obra floreada de perceptos, afetos, conceitos de *outrem*, de um que chega de outro tempo. Insurgindo o Xamanismo que é arte política de destruição do sentido (para falar com Viveiros de Castro).



Figura 1 *Sonhos*, (ANDUJAR, 2005, p 73-74).

Claudia Andujar, com técnicas de luzes, sombras e sobreposições nos abre a visão para outros tempos, que escutadas pelas palavras que Davi Kopenawa partilha em *A Queda do Céu*. As suas imagens abrem dimensão de intercâmbios cosmológicos para outras formas de compreender a existência e a aproximação afetuosa de que somos nós em relação ao planeta. Trata-se da abertura de algumas afinidades cosmopolíticas que concebem a floresta como ente vivo e que tem sua matéria atravessada nos corpos. Visão que concebe a natureza como ente químico e espiritual.

E, no plano material, essas imagens dão a ver um grito do coração amazônico, obras como manifestos xamânicos que afloram-se pelas vozes da mata para alertar sobre o acabamento dos recursos da terra promovido por um estilo de vida extrativista. Davi fala várias vezes que os brancos têm os olhos cegos e o pensamento cheio de esquecimento e que por suas peles de papel não conseguem ver as coisas sabiamente. Com uma crítica árdua ao uso do ouro pelos brancos que buscam os metais lá nas profundezas da terra, onde *Omama* escondeu para que ninguém pegar, para usos ornamentais. Sua voz ecoa como ponte crítica aos regimes de enunciação que operam as ações pela crença no progresso que conduzem até nós, pois os nossos territórios foram formados por extrativismos despropositados.

Os brancos talvez pensem que paráramos de defender nossa floresta caso nos dessem montanhas de suas mercadorias. Estão enganados. Desejar suas coisas tanto

quanto eles só serviria para emaranhar nosso pensamento. Perderíamos nossas próprias palavras e isso nos levaria à morte. Foi o que sempre ocorreu, desde que nossos antigos cobiçaram as suas ferramentas pela primeira vez, há muito tempo. Essa é a verdade. Recusamo-nos a deixar que destruam nossa floresta porque foi Omama que nos fez vir à existência. Queremos apenas continuar vivendo nela do nosso jeito, como fizeram nossos ancestrais antes de nós. Não queremos que ela morra, coberta de feridas e dejetos dos brancos. Ficamos com raiva quando eles queimam as árvores, rasgam a terra e sujaram os rios. Ficamos com raiva quando nossas mulheres, filhos e idosos morrem sem parar de fumaça de epidemia. Não somos inimigos dos brancos. Mas não queremos que venham trabalhar em nossa floresta porque não têm como nos compensar o valor do que aqui destroem. É o que penso. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 354)

O que legitima as escolhas políticas do presente? O que faz pensar o presente? Para também falar com Marisol de La Cadena (2018): o que define o território depende do mundo que o pronuncia nas relações das quais ele emerge. Os povos indígenas são perseguidos e negados pelo estado que se veste da ideologia da modernização, mas os golpes continuam cegados pelas ideologias progressistas.

As formas de existência dos povos originários sobre o planeta excedem a compreensão que ganha na disputa de forças que opera, na modulação dos padrões ocidentais/civilizados, pelo que pode ser possível. Os povos indígenas originários viram cair-lhes sobre a cabeça uma “Pátria” que não pediram, e que só lhes trouxe morte, doença, humilhação, escravidão e despossessão” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016).

Essa relação – em que as pessoas e o território estão juntos – excede as possibilidades dos humanos modernos e da natureza moderna, bem como as relações modernas entre eles, sem excluí-las. No entanto, isso complica o conflito: em vez de um abuso de poder que pode ser desfeito (com dificuldade, se fosse possível, é claro), o conflito se torna um mal entendido impossível de ser resolvido sem um envolvimento nos termos que tornam o território outro em relação à capacidade de compreensão do estado e, portanto, a seu reconhecimento. (DE LA CADENA, 2018, p. 98).

Para falar com Viveiros e Marisol, os indígenas foram e são os primeiros Involuntários da Pátria. Para seguir falando com os aprendizados que Marisol transmite, a política moderna é feita de acordos que tentam estabelecer um só mundo, o da civilização ordenada pelas necessidades econômicas. Marisol então diz que paradoxalmente, a política moderna obriga aquele que a desobedece a entrar nesse repartimento do sensível ou deixar de existir. E o que excede, então, é rechaçado, porque é divergente e não é capaz de ser entendido.

7. Considerações

Olhar para a história de Claudia Andujar e dos Yanomamis, é fazer paralelos entre a história do holocausto promovida pelo nazismo e a história do holocausto indígena na ditadura brasileira.

Há alguma coisa na formação dos planos espaço-mentais, das ações do homem sobre os estados das coisas, que deixa em vulnerabilidade muitos corpos, pois a cultura molda o tempo dos acontecimentos e o vagar dos humanos sobre a terra se estrondou em guerra quando, na disputa pela acumulação, uns buscaram ser senhores dos outros. Martela na mente, pelo olhar para a história das minorias, a questão sobre com quanto sangue os nossos olhos aprenderam a ver a verdade? para falar com Donna Haraway (1995).

E canoar sobre as significações desses rizomas é refletir também sobre as composições espaciais dos homens sobre a terra, as fotografias de Claudia Andujar, além de marcarem para viver os “humanos” que estavam sendo genocidados pelos interesses da extração do ouro, é porta de entrada à cosmovisão Yanomami. As imagens dela são referentes que atuam nas extensões de mundos, pois assim, seguidas das partilhas da obra *A Queda do Céu* (KOPENAWA;ALBERT, 2015), abrem um campo (como uma dobra no tempo) de interpretação da existência pela dimensão do transe e de extra-humanos. Sentimos, assim, essas obras como choques que causam curtos circuitos de desterritorializações e que levam a outras funduras do centro de significância, movimentos com potências operadoras de brechas críticas para ver onde estamos entre o conhecimento exato e os exercícios de poder.

Na observação dos fatos, para superar a angústia da consciência, o exercício de esperança de imaginar um estalo de estado que levasse em conta as agências éticas sobre a natureza partilhadas por esses povos da floresta, e que, com a possibilidade de escuta (amplificadas pelas materialidades comunicativas), dão a ver órbitas éticas que insurgem para posturas realocativas das forças que agem sobre o direito das distribuições territoriais.

Referências

- ACOSTA, Alberto. **Extratativismo e neoextrativismo, duas faces da mesma maldição.** Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016 p. 46-87.
- ANDUJAR, Claudia. **Marcados**, São Paulo: editora Práxis, 2009.
- _____. **A vulnerabilidade do ser**, São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2005
- _____. **Yanomami**. São Paulo: DBA. 1998.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz. O arquivo e a testemunha.** Tradução de Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALBERT, Bruce. **O Massacre dos Yanomami de Haximu. Documentos Yanomamy** N° 1. Brasília – Boa Vista: Comissão Pró-Yanomami, 2001.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**; tradução de Roberto Raposo. **Rio de Janeiro**, 2013.
- COHN, Sérgio (org.). **Ailton Krenak. Série Encontros**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

BARTHES, Roland. *A camera clara: tradução Júlio Castañon Guimarães*. [ed. Especial] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

DE LA CADENA, Marisol. **Natureza incomum: histórias do antrope-cego**. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 95-117, 2018.

DE CARLI, Anelise Angeli. **Imagens entre fotografia e Jornalismo: Uma leitura simbólica do jornalismo premiado**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e comunicação – UFRGS. Porto Alegre, 2016, p. 20-30.

DIETRICH, Von Pricila; SEVERO, Cecília. Emergência do capitalismo e as mulheres, uma crítica feminista marxista. **Temáticas, Campinas, 26 (52): 315-322, ago./dez. 2018**.

EUSEBI, Luigi. **A barriga morreu!: o genocídio dos Yanomami**. Edições Loyola, 1991.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa; mulheres, corpo e acumulação primitiva**, São Paulo, Elefante, 2017.

FELLET, João. **Por que os Ianômamis fizeram ritual pela saída de Roméro Juca**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36375984> >. Acessado em Fev. 2018.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

_____. **O universo das imagens técnicas: elogio a superficialidade**. São Paulo: Annablume editora, 2009.

GONÇALVES, Sandra Maria Lúcia Pereira. A alma da floresta: sonhos por Claudia Andujar. **Gama**, v. 4, p. 152-160, 2016.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. In: *Cadernos Pagu* (5), 1995.

MATHIAS, Ronaldo. **Antropologia Visual**.- São Paulo: Nova Alexandria, 2016.

KRENAK, Ailton. Palestra. **OS MIL NOMES DE GAIA OS MIL NOMES DE GAIA - do Antropoceno à Idade da Terra**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k7C4G1jVBMs>, acessado em julho de 2017.

_____, Davi. Entrevista concedida a Felipe Milanez São Paulo, 27 de Outubro de 2011. Portal Terra: Disponível em: http://terramagazine.terra.com.br/interna/0%2C%2COI5437416-EI16863%2C00_Garimpo+na+terra+yanomami+violencia+e+ganancia.html . Acessado em março de 2018.

KRENAK, Ailton, Manifesto Índio Cidadão – Grito 3 de Ailton Krenak. Vídeo da performance do líder político na assembleia nacional constituinte. 4 de setembro de 1987. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q&t=5s .

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu: Palavras de um xamã Yanomami**. Tradução de B. Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PEREIRA, Vera Lúcia. **Marcados, de Claudia Andujar: do documento visual à imagem poética**. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Linguística, Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

REAL, Amazônia. BRASIL, Kátia e FARIAS, Eláise. **Comissão da Verdade: Ao menos 8,3 mil Ameríndios foram mortos durante a ditadura**. Disponível em (<http://amazoniareal.com.br/comissao-da-verdade-ao-menos-83-mil-indios-foram-mortos-na-ditadura-militar/>)Acessado, 2018.

ROCHA, Marcelo. **Por que Romero Jucá defende a exploração de ouro em áreas indígenas - O novo Eldorado da família do senador**. Época. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/08/por-que-romero-juca-defende-exploracao-de-ouro-em-areas-indigenas.html>>. Fevereiro de 2018

RODRIGUES, Cintia Régia. O positivismo, **o Estado nacional e as populações fetichistas no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SOARES, Julia Alexandra Zortéa. **Imagens abismadas: “cultura” e agenciamentos estéticos nos cinemas indígenas**. Monografia (Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

STENGERS, Isabelle. (2018). A **proposição cosmopolítica**. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (69), 442-464.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A floresta de cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos**. *Cadernos de Campo*, 14/15: 319-338, 2006.

VIVEIROS, DE CASTRO; BATALHA, Eduardo. Os Involuntários da Pátria1. **Aula pública durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro**, v. 20, n. 04, 2016.

TACCA, Fernando. **O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio**. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan-mar. 2011.

TASSARA, Marcello, Povo da Lua, Povo do Sangue. Duração, 34 min, 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LACA3FzFCuY&t=1383s> . Acesso em: Novembro 2017.

URIHI HAROMATIPE - Os Curadores da Terra-Floresta. Direção Morzaniel Iramari. Brasil, 2014. (60 min). HD, son. color.